

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
Curso de Ciências Econômicas

GRACIANE PRIM MARTINS

DESEMPREGO ESTRUTURAL NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO

Florianópolis
2006

GRACIANE PRIM MARTINS

DESEMPREGO ESTRUTURAL NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas, como requisito à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientação: Prof.^a Carmen Rosário Ortiz Gutierrez Gelinski.

Florianópolis
2006

GRACIANE PRIM MARTINS

DESEMPREGO ESTRUTURAL NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO

A banca examinadora resolveu atribuir a nota _____ à aluna Graciane Prim Martins na Disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof^ª. Carmen Rosário Ortiz Gutierrez Gelinski
Presidente

Prof. Hoyêdo Nunes Lins
Membro

Prof. João Marcos de Souza Alves
Membro

Aprovada em 19.04.2006.

Dedico este trabalho a minha filha Pietra, que foi a razão da perseverança em concluir esta fase de minha vida.

AGRADECIMENTOS

À Professora Carmen Gelinski, pelo incentivo, pela dedicação e respeito com que me auxiliou neste trabalho.

A todas as pessoas que contribuíram, direta ou indiretamente, para que a conclusão deste curso se tornasse realidade.

RESUMO

A globalização e o desemprego são temas muito discutidos na atualidade. Para melhor entender estes fenômenos, procurou-se traçar algumas inter-relações desta temática com o surgimento da tecnologia, buscando assim compreender melhor o problema do desemprego estrutural. Neste contexto, foram analisados o impacto do capitalismo predatório, com os seus blocos econômicos e seus efeitos numa economia globalizada. Tendo em vista que o desemprego tornou-se um grande desafio social e econômico nos países desenvolvidos e, sobretudo nos países em desenvolvimento, objetivou-se fazer uma abordagem em vários âmbitos, ou seja, considerando suas modalidades, para assim avaliar o fenômeno em seu aspecto multifacetado. O estudo aborda o processo de globalização, desde sua origem até tempos atuais, com enfoque direto no mercado de trabalho, o que implica em profundas transformações na organização da produção, estrutura das empresas, na organização do trabalho e na implantação de novas formas de trabalho, em decorrência de oportunidades geradas pela difusão de novas tecnologias de informação. Foi analisado com afinco, os efeitos desse processo tecnológico frente aos postos de trabalho, seus efeitos e suas causas. Não sendo a globalização uma realidade nova, traduz uma nova fase de desenvolvimento econômico e social das sociedades contemporâneas. As empresas, mais do que os mercados, tomaram-se os vetores fundamentais deste processo e, neste contexto, a globalização é definida como um conjunto de condições nas quais uma parte crescente do valor da riqueza é produzida e repartida através do mundo. O favorecimento de uma produção cada vez mais intensiva em conhecimento, geradora de um surto de novos produtos e de uma redução no ciclo de vida industrial. Hoje, mudanças profundas acontecem no campo do trabalho, provocadas em grande parte pela revolução da microeletrônica, da automação e da robótica. Com base em tais considerações, buscou-se revelar a relação entre globalização e desemprego estrutural, mas especificamente, explorar as causas e os efeitos do desemprego estrutural na era da globalização através de pesquisa bibliográfica e dados empíricos.

Palavras-chave: Globalização. Desemprego Estrutural. Mercado de Trabalho.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
1.1 OBJETIVOS	10
1.1.1 Objetivo Geral	10
1.1.2 Objetivos Específicos	10
1.3 METODOLOGIA	11
2 A GLOBALIZAÇÃO	12
2.1 Conceito de Globalização	12
2.2 Evolução Histórica	14
2.3 Blocos Econômicos	18
2.4 Efeitos da Globalização	24
3 DESEMPREGO	29
3.1 Conceito de Desemprego	29
3.2 Modalidades de Desemprego	32
4 DESEMPREGO ESTRUTURAL NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO	35
4.1 O que é Desemprego Estrutural	35
4.2 Evolução Histórica do Desemprego Estrutural	37
4.3 Os Efeitos do desemprego Estrutural na era da Globalização	40
5 CONCLUSÃO	49
REFERÊNCIAS	51

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 2.1 – Configuração atual dos Blocos Econômicos.....	21
Gráfico 4.1 – Evolução do desemprego nas regiões metropolitanas brasileiras entre 1991 e 2000	45
Gráfico 4.2 – Evolução do grau de informalização do pessoal ocupado das regiões metropolitanas brasileiras entre 1986 e 1996.....	46
Gráfico 4.3 – Evolução do Emprego Formal no Brasil entre 1985 e 1996.....	47
Gráfico 4.4 – Taxas de Desemprego em Países Selecionados em 1996	48

LISTA DE TABELAS

Tabela 3.1 - Taxa de desemprego nos países do G7 (1980-2000).....	29
Tabela 3.2 - Proporção do emprego em tempo parcial, temporário e independente nos países do G7 (1979-1989)	31

1 INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho passa por profundas transformações, causadas pela globalização e pelo progresso tecnológico. Este trabalho pretende discutir a relação entre a tecnologia, a globalização, o emprego e o desemprego.

A Terceira Revolução Industrial tem duas faces: ela viabilizou várias inovações na vida das pessoas, trouxe inúmeros progressos, como a robótica, as telecomunicações e a automação. Mas, ao invés de gerar tempo livre e aumento do padrão de vida dos trabalhadores, gerou o desemprego.

A sociedade contemporânea presencia um cenário crítico, que atinge países como o Brasil, o Terceiro Mundo, assim como os países capitalistas centrais. A crescente concorrência internacional e a busca por produtividade convertem a um processo destrutivo que gera precarização do trabalho e aumento do desemprego. Tanto em países desenvolvidos quanto subdesenvolvidos, o desemprego mostra suas várias faces: “a problemática do desemprego”, que são os vários problemas que este traz consigo.

Os indivíduos afetados pelo desemprego e pela precarização não estão submetidos às mesmas condições econômicas objetivas, não possuem a mesma identidade social e não dispõem de recursos para assegurar a sua própria sobrevivência, e sua situação de precariedade e fragilidade penaliza, cada vez mais, suas chances de reinserção.

A introdução de maquinarias na indústria e a gerência científica são, na verdade, o ponto chave do desemprego, pois permite a automação de base eletromecânica, ou seja, a substituição da mão-de-obra do trabalhador, por máquinas capazes de reproduzir os ciclos da produção. São as novas máquinas inteligentes, capazes de realizar funções conceituais, gerenciais e

administrativas e de coordenar o fluxo da produção, desde a extração da matéria-prima até o marketing e a distribuição do produto final e de serviços.

A Era da Informação chegou. Nos próximos anos, novas e mais sofisticadas tecnologias de software aproximarão cada vez mais a civilização de um mundo praticamente sem trabalhadores. Nos setores da agricultura, manufatura e serviços, as máquinas estão rapidamente substituindo o trabalho humano e prometem uma economia de produção quase totalmente automatizada, já nas primeiras décadas do século XXI. A maciça substituição do homem pela máquina forçará cada nação a repensar o papel a ser desempenhado pelos seres humanos no processo social (RIFKIN, 2004, p. XLVII).

O desemprego é um fenômeno em absoluta expansão que atinge todos os países do mundo. No decorrer das décadas analisadas, com exceção dos EUA e do Canadá, diversos países desenvolvidos, como o Japão, a Alemanha, a França, a Itália, o Reino Unido, obtiveram aumento crescente da taxa de desemprego.

Em larga escala, suas conseqüências diretas são a desmoralização dos trabalhadores, o desperdício dos meios de produção, o enfraquecimento dos sindicatos e a sobrecarga dos programas de seguridade social.

Neste contexto, cabe explorar a relação entre globalização e desemprego estrutural.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 OBJETIVO GERAL

Verificar a relação entre globalização e desemprego estrutural.

1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Discutir o conceito de globalização e sua evolução;
- Estudar a origem dos blocos econômicos e a interdependências dos países participantes;

- Analisar as modalidades de desemprego, suas causas e efeitos sociais e sua relação com a tecnologia.

1.3 METODOLOGIA

A natureza do estudo é baseada na abordagem qualitativa, caracterizada em estudos exploratórios, que permite uma análise mais profunda do problema, além de admitir maior precisão no diagnóstico dos aspectos pertinentes às mudanças ocorridas no mercado de trabalho, mas precisamente o desemprego estrutural e a relação com a globalização em nível mundial. Assim, a presente monografia foi implementada através de pesquisa bibliográfica objetivando identificar a relação entre globalização e desemprego estrutural, com base em leituras de tese e literaturas de diversas autorias. Concluída a parte teórica, realizou-se levantamento de dados empíricos e a interpretação dos mesmos, com o intuito de reforçar a discussão através de dados representativos da realidade.

2 A GLOBALIZAÇÃO

2.1 Conceito de Globalização

É um processo de desenvolvimento da economia com abertura de mercados entre vários países que permite uma expansão das negociações, visando um crescimento uniforme entre todos os envolvidos, como um processo de integração econômica.

“Globalização diz respeito a todos os processos por meio dos quais os povos do mundo são incorporados em uma única sociedade mundial, a sociedade global” (IANNI, 1999, p. 248).

Para alguns é um processo de unificação do mundo, de formação de uma sociedade mundial, sem conflitos ou fronteiras, acima dos egoísmos nacionais.

Para Oliveira (*apud* Silva, 2000, apresentação), várias conotações cercam a palavra globalização:

É tomada, às vezes, como pura ideologia dos países hegemônicos, um processo decisivo, de fatal e incontornáveis efeitos. Outras vezes, é apontada como verdadeira padronização do comportamento humano, estandardização das culturas e das identidades dos povos, porém o aspecto econômico constitui o núcleo gerador dessa complexa questão.

Historicamente, trata-se de um fenômeno antigo, que se propaga em ondas, com avanços e retrocessos, cujos intervalos podem durar séculos. Alguns autores registram o primeiro desses fenômenos junto ao Império Romano e seu sucesso de articulações pragmáticas: construção de estradas, aquedutos, uso da moeda e proteção ao comércio. O segundo, entre os séculos XIV e XV, através das grandes descobertas dos novos Continentes e a abertura dos caminhos para a Índia e China. O terceiro, localizá-se no século XIX, com o liberalismo, a libertação do comércio e a colonização européia na África e Ásia, gerando novas fontes de rendas.

Finalmente, o quarto e atual fenômeno, estabelecido após a Segunda Guerra Mundial, motivado pelo surgimento das organizações internacionais – como a ONU, o GATT, as Comunidades Européias – o grande surto das empresas multinacionais, fatores que aumentaram os fluxos de investimentos e reduziram as barreiras comerciais.

No entanto, há que se destacar que, em decorrência desse fato, pode haver uma intensificação da exclusão social, ou seja, o crescimento ainda maior de países fortes em relação aos demais envolvidos.

Isso ocorre pois ela se fortalece aprofundando as desigualdades sociais, visando o acúmulo de capital, aumentando, assim, a crise que a humanidade atravessa.

A ONU (Organização das Nações Unidas), na Reunião de Cúpula para o Desenvolvimento Social realizada em março de 1995 em Copenhague, divulgou dados alarmantes sobre a realidade socioeconômica mundial: ¼ da população mundial vive na mais absoluta miséria, o que totaliza em torno de 1,3 bilhão de pessoas, 2 bilhões não tem acesso a água potável, 700 milhões sofrem de desnutrição, 14 milhões de crianças morrem tendo como causas doenças evitáveis, 1 bilhão de analfabetos, 800 milhões de desempregados e 300 milhões sofrem de alcoolismo em todo o mundo.

Apesar da abertura de fronteiras ligada à globalização, o que se constata na realidade é que os países desenvolvidos tem dificultado a entrada de imigrantes estrangeiros, principalmente de países subdesenvolvidos em busca de melhores oportunidades.

No entanto, apesar dos percalços, a globalização pressupõe não apenas a intensificação das ligações e interconexões numa dimensão em particular, ela abrange por igual as relações entre os Estados, as sociedades e as economias.

Para Ianni (1999, p. 11), a globalização mundial expressa um novo ciclo de expansão do capitalismo, de alcance mundial, como modo de produção e processo civilizatório, abrangendo amplamente nações e nacionalidades, regimes políticos, classes sociais, economias, culturas e civilizações.

Foi precisamente este caráter abrangente da globalização que facilitou a constituição de estratégias globais dos grupos empresariais baseados especialmente no desenvolvimento de processos de inovação, a introdução de novas formas de organização industrial e a alteração do sistema de organização de produção. Em outras palavras a globalização é uma forma das empresas maximizarem seus recursos.

A primeira fase da globalização, também conhecida como **expansão mercantilista**, originou-se com a busca de rotas marítimas pelos povos da China, Índia, Europa e até mesmo Japão e, principalmente com a descoberta das Américas.

Esse período foi marcado pela grande circulação de mercadorias, já que esses povos levavam até outros os seus produtos e, acabavam por trazer aos seus países novidades vindas das mais longínquas culturas, iniciando-se a exploração de minérios, madeiras, através de colonizações desenfreadas e o uso da mão-de-obra escrava.

Essa prática mercantilista foi muito usada pelas monarquias européias para estimular o desenvolvimento da economia, visando a prosperidade e o acúmulo de metais preciosos e jóias.

Nas palavras de Silva (2000, p. 27):

Vasco da Gama e Cristóvão Colombo jamais poderiam imaginar o que representou para o mundo a ousadia de suas empreitadas. Mas, essas descobertas foram impulsionadas pela invasão de Constantinopla pelos turcos, em 1453, pondo fim no comércio dos europeus com o Oriente.

[...]

Embora os grandes navegadores Vasco da Gama e Cristóvão Colombo desconhecemos, foram eles os juizes da união de duas vidas que dificilmente se divorciarão. As histórias do modo de produção capitalista e da globalização foram, por eles, seladas e confundem-se ao longo dos tempos.

Ianni (1996, p. 55) discorre que “a rigor, a história do capitalismo pode ser vista como a história da mundialização, da globalização do mundo. Um processo de larga duração, com ciclos de expansão e retração, rupturas e reorientação”.

Nesta fase, estrutura-se um sólido comércio entre a Europa, que fornecia manufaturas, a África, fornecedora de escravos e a América, exportadora de produtos coloniais.

A transição dessa primeira fase para a segunda, então chamada de **expansão industrial-mercantilista**, foi o desenvolvimento tecnológico e político. Na virada do século XVIII para o século XIX surgiu a primeira máquina a vapor que acelerou os transportes terrestres e marítimos

e a industrialização dos países europeus de um modo geral. Surgiu, então, o trem e o navio a vapor, o telefone e o telégrafo, estreitando as relações entre os continentes.

As grandes potências do mundo se apoderavam, ainda mais, de novas colônias, a exemplo da Grã-Bretanha que tinha posse de mais de 50 colônias pelo mundo. Esse crescimento de colônias acirra a rivalidade entre países europeus desencadeando a Primeira Guerra Mundial ocorrida entre 1814 a 1818 (SCHILING, 2005).

O cobiçado mercado chinês é aberto pelo Tratado de Nanquim de 1842 e, conseqüentemente, o Japão também é obrigado a abandonar a política de isolamento, ao assinar um tratado de comércio com os americanos.

Em 1848 ocorreu a abolição da escravatura na Europa e na América do Norte (no Brasil só foi abolida em 1888), pois tornou-se um impedimento ao progresso do consumo. Esse fator acirrou ainda mais as rivalidades e a busca por liberdade entre as colônias.

A crescente rivalidade entre as potência européias culminou com a Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945). Neste período o comércio entre os países contraiu havendo um enfraquecimento destes países, sendo necessária a abertura de muitas colônias que passaram a países independentes. As diversas potências que existiam em 1914 como o Império britânico, o francês, o alemão, o austro-húngaro, o italiano, o russo e o turco otomano, se resumiram nas superpotências: os Estados Unidos e a União Soviética.

Em 1945 inicia-se a chamada “guerra fria” entre os Estados Unidos e a URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) que marca a luta entre o “capitalismo aberto” adotado pelos EUA e o “socialismo fechado” da URSS e demais povos de ideologia socialista.

Surge então, a terceira fase da globalização, conhecida como **globalização recente** que teve início com a política da *glasnost*¹ adotada por Mikhail Gorbachov na antiga URSS (União da República Socialista Soviética) em 1986 (SCHILING, 2005).

A guerra fria encerrou-se em 1989 com a queda do muro de Berlin, símbolo da austeridade socialista e da hegemonia das tropas soviéticas, que foram obrigadas a deixar a Alemanha, agora reunificadas, culminando na dissolução da URSS em 1991.

A tendência de regionalização da economia se intensificou com o fim da Guerra fria, surgindo grandes blocos econômicos regionais como a União Européia e o Mercosul, assim como um grande crescimento de países como a China, Taiwan, Japão, Cingapura e Tailândia.

Hoje em dia vive-se a era americana, sendo os EUA o único País com condições operacionais e financeiras de promover intervenções militares em qualquer canto do planeta, impondo sua moeda e sua língua aos demais integrantes do mundo.

Ainda nesse sentido, merece grande destaque o fato de que atualmente vive-se a era da internet, onde se é possível ter acesso imediato a tudo o que acontece no mundo em segundos.

A revolução nas tecnologias da informação e sua difusão em todas as esferas de atividades social e econômicas através da interação de “conhecimento tácito e “conhecimento explícito” ampliam o conjunto formal de conhecimento da empresa, além de incorporar os conhecimentos do mundo externo. A comunicação on-line torna-se uma ferramenta poderosa no desenvolvimentos dos conhecimentos gerando produtividade e crescimento na formação de uma economia globalizada (CASTELLS, 2005, p. 210-217).

Ainda neste contexto, Rifkin complementa:

¹ Internamente a reforma de Gorbachev visou sacudir de alto a baixo o pesado aparato do partido comunista, há mais de 70 anos no poder. Para tanto, imaginou fazer com que as decisões dos altos chefes adquirissem “transparência” (*glasnost* em russo), a fim de que o povo russo, completamente à margem das deliberações, tivesse uma participação mais eficiente e democrática no controle e vigilância do governo.

É importante perceber que, na era do poder cerebral, é necessário uma nova classe de trabalhadores – trabalhadores do conhecimento: cientistas, engenheiros, técnicos, altamente capacitados, escritores, educadores. E, ainda que fosse possível, recapacitar toda a força de trabalho em cada país, o que é inviável, isso levaria anos de educação. (...) o que separa a era da informação da era industrial é que esta se configura pela existência de trabalho humano massificado para produzir bens e serviços, enquanto aquela se caracteriza pela presença de uma pequena elite e força de trabalho com altos níveis de remuneração (uma empresa gerida por máquinas inteligentes e sofisticadas). (Rifkin, 1996, p. 15).

Estes novos profissionais, também chamados de analistas simbólicos ou trabalhadores do conhecimento, estão ligados a área de engenharia, administração, ciências, consultorias, ensino, marketing, mídia e entretenimento. Embora o número desses profissionais seja crescente não poderá ser comparado com o número de trabalhadores que serão dispensados pelas máquinas inteligentes.

A globalização não é apenas uma palavra da moda, mas a síntese das transformações radicais pelas quais vem passando a economia mundial desde o início dos anos 80.

Santos (*apud* SILVA, 2000, p.39) a esse respeito diz que “a globalização deixa de ser uma simples palavra para se tornar um paradigma do conhecimento sistemático da economia, da política, da ciência, da cultura, da informação e do espaço”.

Há que se destacar que, o fenômeno da globalização não constitui um fato acabado. Se generaliza dia-a-dia.

2.3 Blocos Econômicos

“A globalização do capitalismo está sendo acompanhada da formação de vários sistemas econômicos regionais, nos quais as economias nacionais se integram em todos mais amplos, criando-se assim condições diferentes para a organização e desenvolvimento das atividades produtivas” (IANNI, 1996, p. 127).

O comércio internacional apresenta algumas semelhanças com o comércio interno de um País. Ambos são fundamentados nos desejos e necessidades das pessoas e visam atender seus interesses. Os motivos de integração entre regiões ou países também estão ligados ao fato de que uma determinada região ou país pode não produzir todos os bens e serviços de que precisam seus habitantes. Isto é consequência de fatores diversos, dentro dos quais se podem destacar a desigualdade geográfica ou dos recursos naturais, as diferenças naturais como clima e solo, ou mesmo *know-how* de determinadas técnicas de produção.

Todos esses fatores podem influenciar na possibilidade ou não de produzir de uma determinada região ou País. Também se deve ressaltar que, mesmo havendo igualdade nas condições quanto ao aspecto físico da produção, poderá tornar-se mais interessante a obtenção dos mesmos produtos em outras regiões, em virtude das diferenças de preço estimuladas pela diversidade de técnicas produtivas, custo dos fatores de produção, tributos, além de outros. No campo internacional ainda devem ser relevadas as diferenças cambiais.

Em consequência, tornar-se-á mais vantajoso para os países ou regiões aplicar o princípio da divisão do trabalho, especializando-se nas atividades produtivas para as quais se encontrem mais aptos e permutar os produtos entre si.

Nesse processo de globalização, os países começaram a perceber que haveria um crescimento nas negociações comerciais se houvesse uma aproximação setorial de suas economias.

Como afirma Ianni (1996, p. 118-119),

A nova onda são as estratégias de integração regional, os novos subsistemas do capitalismo mundial. Integração articulada por governos e empresas, setores públicos e privados, conforme as potencialidades dos mercados, dos fatores de produção ou das forças produtivas.

A partir daí surgiu a união de países em blocos regionais, devido a proximidade de suas fronteiras, visando a liberalização de barreiras alfandegárias e fiscais ao comércio internacional, bem como, com a utilização de uma moeda única que facilitasse as negociações.

Portanto, entende-se por blocos econômicos a associação de Países, em geral de uma mesma região geográfica, que estabelecem relações comerciais privilegiadas entre si e atuam de forma conjunta no mercado internacional.

Um dos aspectos mais importantes na formação dos blocos é a redução ou eliminação das alíquotas de importação, com vistas à criação de zonas de livre comércio. Os blocos aumentam a interdependência das economias dos países membros.

A pesar do primeiro bloco econômico surgir na Europa em 1957, com a criação da Comunidade Econômica Européia – CCE, atual União Européia, foi só a partir dos anos 90 que esta regionalização da economia se fortaleceu.

Sem dúvida esse processo originado pela Comunidade Européia, veio a fortalecer a economia dos Países europeus, inclusive pelo fato de terem unificado a sua moeda.

Esses acordos regionais foram formalizados pela necessidade de ampliação do espaço econômico das empresas a fim de viabilizar a operação e a continuidade das inovações, constituindo-se em um processo intermediário dentro da tendência da globalização.

Existem cerca de 14 principais blocos econômicos, dispostos conforme figura 2.1, cada um com suas particularidades assim como objetivos comuns a todos. Cinco possuem posição de destaque por seus objetivos alcançados, avanços e crescimentos para seus países-membros, economias em rota de desenvolvimento e/ou perspectivas futuras, são eles: APEC, ALCA, UE NAFTA e MERCOSUL.

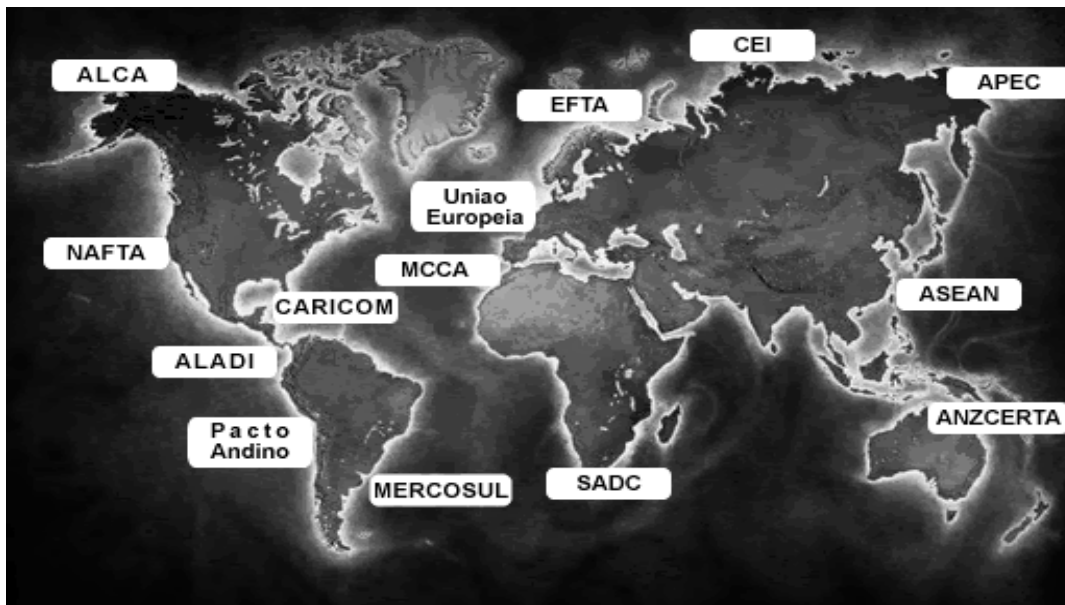


Figura 2.1 - Configuração atual dos Blocos Econômicos.

Fonte: Cintra (2006).

1. **APEC** – Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico, membros: Austrália, Brunei, Canadá, Indonésia, Japão, Malásia, Nova Zelândia, Filipinas, Cingapura, Coreia do Sul, Tailândia, Estados Unidos, China, Hong Kong, Taiwan, México, Papua Nova Guiné, Chile;
2. **ALCA** – Área de Livre Comércio das Américas, prevê a integração total das Américas desde o Alasca até a Patagônia, exceto Cuba);
3. **UE** – União Europeia, membros: Alemanha, França, Itália, Espanha, Bélgica, Portugal, Grécia, Luxemburgo, Países Baixos, Reino Unido, Dinamarca, Áustria, Finlândia e Suécia;
4. **NAFTA** – Área de Livre Comércio da América do Norte (1994), membros: Estados Unidos, Canadá e México;

5. **MERCOSUL** – Mercado Comum do Sul, membros: Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai;
6. **ASEAN** – Associação das Nações do Sudeste Asiático, membros: Indonésia, Malásia, Filipinas, Cingapura, Tailândia, Brunei, Vietnã, Miramar, Laos e Camboja;
7. **CARICOM** – Mercado Comum e Comunidade do Caribe, membros: Barbados, Guiana, Jamaica, Trinidad, Tobago, Antígua, Barbuda, Belize, Dominicana, Granada, Santa Lúcia, São Vicente, Granadinas, São Cristóvão, Névis, Suriname, Bahamas, Haiti, Montserrat, Ilhas Virgens Britânicas, Ilhas Turks, Caicos e Anguilla;
8. **CEI** – Comunidade dos Estados Independentes, membros: Armênia, Belarus, Cazaquistão, Federação Russa, Moldávia, Quirquistão, Tadjiquistão, Turcomenistão, Ucrânia, Uzbequistão, Geórgia e Azerbaijão;
9. **PACTO ANDINO** – Grupo ou Comunidade Andina, membros: Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela;
10. **SADC** – Comunidade da África Meridional para o Desenvolvimento, membros: Angola, África do Sul, Botsuana, Lesoto, Malauí, Maurício, Moçambique, Namíbia, República Democrática do Congo, Seicheles, Suazilândia, Tanzânia e Zimbábue;
11. **ALADI** - Associação Latino-Americana de Integração, membros: Bolívia, Equador, Paraguai, Chile, Colômbia, Peru, Uruguai, Venezuela, Cuba, Argentina, Brasil, México;
12. **EFTA** - Associação Europeia de Livre Comércio, membros: Suíça, Liechtenstein, Noruega e Islândia;

13. **MCCA** - Mercado Comum Centro americano, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua;

14. **ANZCERTA** - Acordo Comercial Sobre Relações Econômicas Entre Austrália e Nova Zelândia, membros: Austrália e Nova Zelândia.

Há que se destacar ainda o chamado G7 (grupo dos sete), ou seja, a união dos sete países mais ricos do mundo, atualmente composto pelos Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Itália, Canadá e Inglaterra sendo que, juntos possuem apenas 16% de todo o território mundial, e onde moram apenas 12% da população de todo o planeta.

Vale lembrar que 85% da população mundial vive nos países mais pobres, entre eles, o Brasil, a China, a Índia, a Rússia, Indonésia, México e África do Sul, sendo que a eles pertence 32% do território mundial.

No entanto, algumas considerações devem ser feitas a cerca desse processo de união de países.

Embora a teoria das vantagens comparativas preveja um maior crescimento econômico entre os países envolvidos nesse processo, ela não prevê com quem ficará a riqueza gerada por esse crescimento.

De acordo com Keohane e Nye (*apud* IANNI 1999, p. 80-81),

Interdependência, definida em poucas palavras, significa mútua dependência, na política mundial, interdependência diz respeito a situações caracterizadas pelos efeitos recíprocos entre nações ou entre atores em diferentes nações. Estes efeitos com frequência resultam de transações internacionais: fluxos de dinheiro, mercadorias, pessoas e mensagens através das fronteiras. Essas transações intensificaram-se dramaticamente desde a Segunda Guerra Mundial. (...) as relações de interdependência sempre envolvem custos, já que a interdependência restringe a autonomia; mas é impossível especificar de antemão se os benefícios de uma relação irão exceder os custos. Isto dependerá da categoria dos atores, tanto quanto da natureza das relações. Nada garante que a relação que designamos de “interdependência” será caracterizada como de mútuo benefício.

A liberação da economia aumentou a desigualdade entre países ricos e pobres e, dentro de cada país, entre os cidadãos mais ricos e os mais pobres. A circulação de renda é maior entre os países economicamente ricos, devido a maior capacidade de investimentos na produção de manufaturados complexos, eletrônicos e bens de capital (máquinas para indústrias), enquanto os países economicamente pobres se especializam na produção agropecuária e têxtil.

Além disso, os países ricos têm mais poder político para controlar os preços no mercado internacional e para exibir exceções à liberalização econômica, exceções essas que na realidade só valem para eles. Assim, o que se vê é os Estados Unidos pregarem o livre comércio, criando tarifas para a importação do aço, protegendo sua indústria da competição internacional.

2.4 Efeitos da Globalização

Um dos efeitos da globalização através de seu crescimento desenfreado a partir da década de 80, foi uma ascensão sem precedentes da pobreza e do protecionismo internacional que acabou por afetar em maior escala países subdesenvolvidos.

Importante destacar que, atualmente 4,4 bilhões de pessoas vivem em países em desenvolvimento, cerca de 60% não tem acesso a condições básicas de saneamento, 1/3 não tem água limpa, 25% não tem moradia adequada e 20% não tem acesso a serviços médicos (SCWARTZ, 2003).

Isso porque, muitos países em desenvolvimento apresentam baixo desempenho econômico decorrente das rápidas mudanças no sentido de proteger seu mercado e ainda participar do processo de globalização, abrindo indiscriminadamente suas fronteiras econômicas, estimulando a entrada de investimentos estrangeiros e reduzindo o papel do Estado.

Diante desses fatores há que se considerar ainda, um aumento vertiginoso no número de desempregos que, para muitos, tem relação apenas com o crescimento tecnológico de alguns países.

Para Silva (2000, p. 60):

Essa globalização implica, dentre outras coisas, o desenvolvimento de uma nova divisão transnacional de trabalho. Tudo que antes se apresentava como nacional desempenha, agora função global. O capital, a tecnologia, a força de trabalho, a divisão internacional do trabalho, o mercado, o planejamento e a violência organizada e concentrada expandem-se por diferentes lugares do mundo.

Observa-se um forte crescimento dos países dominadores de tecnologia que, com custos de produção mínimos atrelados a baixos salários, mão de obra barata e condições subumanas de produção, conseguem produzir com abundância produtos de baixa qualidade a preços altamente competitivos em relação a outros produtos disponíveis no mercado, como é o caso de países como a China, Coréia, Tailândia e Malásia. Esse fato tem provocado grandes prejuízos para os pequenos empresários pela impossibilidade de competirem com o baixo preço dos produtos importados desses países, gerando ainda mais desemprego.

No entanto, há que se destacar que o efeito mais sentido da globalização foi o desemprego, sentido desde a era da expansão industrial-mercantilista, ocorrida entre os anos de 1850 a 1950, com o surgimento das máquinas a vapor muitos trabalhadores se viram sem seus empregos, pois as indústrias passaram a substituir operários por máquinas. Muitos desses trabalhadores, assustados com a perda de seus postos de trabalho chegaram a invadir fábricas para destruir os maquinários (ROCHA, 1998, p. 128).

Como coloca Ianni (1999, p. 195).

As técnicas eletrônicas, compreendendo a microeletrônica, a automação, a robótica e a informática, em suas redes e vias de alcance global, intensificam e generalizam as capacidades dos processos de trabalho e produção. No mesmo curso da dispersão geográfica das fábricas, usinas, montadoras e zonas francas, simultaneamente à nova divisão internacional do trabalho e produção, intensificam-se e generalizam-se as

tecnologias destinadas a potenciar a capacidade produtiva de todas as formas sociais de trabalho e produção.

Neste contexto, há que se considerar a discussão sobre o impacto da rigidez das leis trabalhistas como causa do desemprego, além do crescimento tecnológico, que com maior ou menor rigor, pode impelir os trabalhadores para atividades informais.

Nas palavras de Pastore (2005, p. 1), “A legislação trabalhista não mais se ajusta a uma economia que se abre e tem de competir”. Segundo o autor, há no Brasil, por exemplo, um enorme abismo entre a lei e a realidade no mercado de trabalho, devido ao conjunto de direitos impostos pela Constituição e pela CLT às empresas. Sendo que estes direitos geram grande burocracia além de encargos de 103,46% do salário pago ao empregado.

Para Pochmann (1998, p. 227), uma mudança na forma de contratação de mão-de-obra não contribui para o aumento de emprego. A flexibilização do mercado de trabalho reforça, ainda mais, a precarização dos postos de trabalho e o desemprego disfarçado sem acrescentar postos adicionais ao nível de emprego.

E afirma:

O Brasil caracteriza-se pela quase inexistência de políticas explícitas de emprego. Pelo atual predomínio das políticas neoliberais, o debate sobre o problema do emprego permanece concentrado muito mais em torno dos problemas do mercado de trabalho do que sobre o comportamento mais geral da economia (POCHMANN, 1998, p. 229).

Alguns teóricos que acreditam e pregam a tese do fim da “sociedade do trabalho”, como Claus (1989) e Gianotti (1990), reconhecem a expansão dos serviços, porém, encaram-na como contraponto à suposta ruína da indústria e do trabalho produtivo.

Neste sentido, discorre Rocha (1998, p. 127):

Não percebem o que resulta sendo fundamental: processa-se, como conseqüência da tríade automação-robótica-microeletrônica, uma reestruturação do proletariado endogenamente ao conceito, com mudança nas características e nas relações mútuas de suas camadas, bem como no seu aspecto externo mas sem violar sua essência. Destacam-se a sua relação adensada com as modernas técnicas emergentes na chamada

‘Terceira Revolução Industrial’, gerando a crescente qualificação de sua força-de-trabalho, a integrativa socialização de suas diferentes atividades, manuais e intelectuais, e a sua intensa migração interna, especialmente rumo aos ramos vulgarmente nomeados como ‘serviços’, dentre os quais as novas indústrias pós-fordistas, e aos setores informais, paralelamente à multiplicação do trabalho supérfluo. Há, por exemplo, toda uma gama de novas funções articuladas em torno da informática – produção, reparos e comercialização de hardwares, softwares, acessos por meio de servidores, formação e operações, gerando milhões de proletários no mundo inteiro e interagindo com as demais atividades produtivas ou simplesmente úteis -, da fabricação de novas máquinas, inclusive robôs, e da engenharia genética, sem falar nos ramos cultural, turístico e outros.

Não se pode negar que ocorre uma regeneração do ser proletário em antigas funções improdutivas, como no comércio de mercadorias, no social e no setor público, em algumas funções produtivas tradicionais, como na indústria de construção, em novas funções produtivas, como nas indústrias de saúde, do ensino, da cultura e da microeletrônica, em também em atividades informais, produtivas ou não (ROCHA, 1998, p. 123).

No entanto, essa restauração do trabalhador em novas categorias não se dá nas mesmas proporções que ocorre a destruição dos postos de trabalho.

Por muito tempo e até recentemente o setor de serviços absorveu as perdas de emprego nas indústrias. Porém, esta ramificação do mercado de trabalho também está sofrendo a incorporação das novas tecnologias da informação, aumentando a produtividade e tomando o lugar da mão-de-obra em todos os seus setores. Computadores capazes de entender a fala, ler textos manuscritos e executar tarefas anteriormente desempenhadas por seres humanos anunciam uma nova era na qual as indústrias de serviços, a exemplo das indústrias manufatureiras, estão cada vez mais automatizadas. A informatização e a automação do setor de serviços já tem seus efeitos refletidos na economia, tanto pelo aumento da produtividade, quanto pelo aumento do desemprego.

Para Mattoso (1998, p. 40), “sob pressão da mídia e do jogo de mercado à soma negativa (desemprego e precarização das condições e relações de trabalho), terminam por privilegiar o controle e a estabilidade monetária em detrimento do crescimento econômico”.

E ainda:

O mundo do trabalho (mercado, condições e relações de trabalho) continua (cada vez mais) a se expressar nacionalmente, apesar de esforços internacionalistas do passado. No entanto, agora, o trabalho, por um lado, apresenta uma menor mobilidade devido às crescentes limitações ao fluxo migratório internacional. Sob o domínio da esfera financeira, o capital tornou-se ainda mais móvel e internacionalizado, enquanto o trabalho, menos. Por outro lado, o trabalho sofre os efeitos da extraordinária mobilidade do capital, da ampliação e desregulação da concorrência, do poder das finanças internacionais e, conseqüentemente, do medíocre crescimento econômico.

A tese de Gorz (1982) do fim da chamada “sociedade do trabalho” codifica o ingênuo desejo de liberdade absoluta que, renasce de angústias e perplexidade pela derrota momentânea do movimento emancipatório e pela restauração da escravidão assalariada na sua face mais bárbara e destrutiva (ROCHA, 1998, p. 131).

Ainda segundo o mesmo autor:

Por mais que os teóricos neoliberais desejem não criticar sua natureza burguesa, mas ‘superar’ o Direito do Trabalho, seus fundamentos histórico-sociais continuarão existindo enquanto houver capital. Permanecem atuais não só a defesa dos tradicionais direitos sociais e políticos dos trabalhadores assalariados, frutos de árduos e longos combates que mobilizaram várias gerações, como também a luta presente por reformas que materializem novas conquistas.

Assim, é possível constatar que o maior impacto da globalização foi a eliminação de postos de trabalho, não se tratando apenas de um problema social, mas também econômico.

3 DESEMPREGO

3.1 Conceito de Desemprego

É possível conceituar desemprego como sendo o resultado da falta de capacidade do sistema econômico em promover ocupação produtiva para todos aqueles que a buscam.

Em larga escala, suas conseqüências diretas e indiretas são a desmoralização dos trabalhadores, o desperdício dos meios de produção, o enfraquecimento dos sindicatos e a sobrecarga dos programas de seguridade social.

O desemprego é um fenômeno em absoluta expansão que atinge indiscriminadamente todos os países do mundo, inclusive os desenvolvidos, como observa a tabela 3.1. No decorrer das décadas analisadas, com exceção dos EUA e do Canadá, todos os demais países observados obtiveram aumento crescente da taxa de desemprego.

Tabela 3.1 - Taxa de desemprego nos países do G7 (1980-2000)

Países	1980	1990	2000
Estados unidos	7,2	5,6	4,0
Japão	2,0	2,1	4,7
Alemanha	3,2	4,8	7,8
França	6,2	8,9	9,5
Itália	9,6	9,1	10,7
Reino Unido	5,3	5,9	5,5
Canadá	7,5	8,1	6,8

Fonte: Elaborada pela autora a partir de CARVALHO (1999) e BRASIL (2002)

O nível de Desemprego, segundo a Teoria Neoclássica, é determinado pelo equilíbrio entre a oferta e a demanda de mão-de-obra. Nesta corrente só existe desemprego se o salário real

estiver acima do salário de equilíbrio, ou seja, não há desemprego involuntário, pois haverá oferta de emprego para todos que procuram aos níveis de salários vigentes (GELINSKI, 1993, p. 6).

De acordo com a teoria Keynesiana o nível de emprego é determinado pelo nível de produção, que por sua vez é determinado pela demanda efetiva. A renda é determinada pelos gastos em consumo e pelos gastos em investimento (KEYNES, 1985, p.30-33).

Para Keynes, o desemprego é provocado por deficiência de demanda e a baixa dos salários poderia aprofundar a crise, porque desestimularia o consumo, que levaria a redução da produção e ao aumento da capacidade ociosa, conseqüentemente o desemprego.

No entanto, para os neoliberais o custo do trabalho e as conquistas históricas dos trabalhadores são as causas do desemprego. Buscam eliminar essas conquistas por meio da flexibilização das leis trabalhistas. As transformações no mundo do trabalho indicam claramente as grandes dificuldades colocadas para um sindicalismo baseado exclusivamente nos setores tradicionais. A organização dos trabalhadores, dos desempregados, das mulheres que ingressam cada vez mais no mercado de trabalho em condições ainda mais precárias do que os homens, representa um desafio crucial para o futuro do sindicalismo.

A desregulamentação do mercado de trabalho leva a uma expansão da economia informal através de trabalhadores que, buscando sua subsistência e a de suas famílias, passam a investir em negócios próprios, ou mesmo passam a se submeter a contratos de trabalho sem qualquer respaldo legal, abrindo mão, inclusive, de direitos assegurados pela Constituição Federal ou pelas Leis Trabalhistas.

Para garantir espaço no mundo globalizado as empresas buscam se adequar às exigências de competitividade racionalizando e modernizando a produção, promovendo mudanças na estrutura e dinâmica do mercado de trabalho. As mudanças organizacionais e a flexibilização dos

contratos de trabalho nas condições e relações de trabalho culminam com a redução e a precarização dos postos de trabalho.

“Ter competitividade na globalização é ter capacidade de fortalecer a posição relativa, de modo a adquirir força de barganha no processo de negociação em que todas as unidades políticas precisam ajustar suas estratégias num sistema interdependente” (MARQUES, 1998, p. 71).

Na tabela 2, abaixo, observa-se uma precarização nas relações de trabalho, evidenciando um aumento na oferta de empregos em tempo parcial, temporário e independente, nos países participantes da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE.

Tabela 3.2 - Proporção do emprego em tempo parcial, temporário e independente nos países do G7 (1979-1989)

Países	Parcial		Temporário		Independente	
	1979	1990	1983	1989	1979	1989
Estados unidos	11,4	13,2	10,0	11,0	7,7	8,4
Japão	14,4	16,9	-	-	7,1	7,5
Alemanha	8,2	12	3,3	8,5	10,6	10,5
França	5,3	5,7	6,6	6,3	18,9	22,4
Itália	16,4	21,8	5,5	5,4	6,6	11,5
Reino Unido	15,4	17,6	10,3	10,8	14,4	12,0
Canadá	23,6	23,2	-	-	4,5	7,1

Fonte: Matosso, 1995, p. 89

A precarização dos contratos de trabalho (tempo parcial, tempo determinado), o aumento das jornadas, a rotatividade, a informalidade, a redução dos salários e a deterioração das condições de trabalho são outras tantas formas de ataque aos trabalhadores.

Em decorrência destas transformações no mundo do trabalho, ampliou-se, segundo Mattoso (1998, p. 42), um conjunto de inseguranças que encontram-se assim discriminadas:

- **Insegurança no trabalho:** visualizada no desemprego que cresce e permanece. Este desemprego, no entanto, é distinto do existente em fases anteriores, em suas formas (estrutural, de longa duração, afetando mais intensamente os trabalhadores mais jovens e mais velhos, os de menor instrução, inicialmente. Hoje o desemprego toca

também os de elevada instrução). Este desemprego pode ser entendido como parte dessa desordem do trabalho e, tal qual a ponta de um iceberg, é acompanhada de um conjunto de crescentes inseguranças, às vezes menos visíveis mas que se tornam crescentemente importantes;

- **Insegurança do emprego:** identificada através da redução do emprego industrial, de empregos estáveis ou permanentes nas empresas e da maior subcontratação de trabalhadores temporários, em tempo determinado, eventuais, em tempo parcial, a domicílio ou independentes, como aprendizes, estagiários etc.;
- **Insegurança da renda:** resultante, por um lado, do distanciamento da relação salário/produzitividade, que favoreceu o movimento crescentemente variável, instável ou sem garantia dos rendimentos do trabalho. Por outro lado, a reestruturação setorial do emprego, as maiores disparidades salariais e desigualdades entre trabalhadores permanentes e periféricos, a redução das provisões da seguridade social e o menosprezo da tributação como mecanismo distributivo, favoreceram a deteriorização da distribuição da renda e o crescimento da pobreza;
- **Insegurança da contratação:** observada através do movimento tendencial da negociação e regulação do trabalho em direção a formas mais individualistas e promocionais em contrapartida às anteriores tendências coletivas e de proteção. Cresceu a contratação descentralizada, especialmente em nível de empresa, e ampliaram-se as formas de contrato por tempo determinado, tempo parcial, e até mesmo relações de trabalho *sem contrato*, o que terminou por favorecer a maior segmentação do mercado de trabalho; e
- **Insegurança da representação do trabalho:** medida através da acentuada redução dos níveis de sindicalização ocorrida na década de 80 e representando a diminuição da participação das organizações de trabalhadores nos eventos sociais e o enfraquecimento de suas práticas de conflito e negociação.

“Em todas essas inseguranças estão presentes novas ou velhas condições e/ou relações de trabalho. Mas o mais significativo é que essas inseguranças são geradas ou ampliadas em nome da modernidade, (...) busca-se transformar o velho em moderno e termina-se por vincular a estas inseguranças o conceito de flexibilidade” (MATOSSO, 1998, p. 44).

3.2 Modalidades de Desemprego

O desemprego se apresenta nas seguintes formas:

- **Desemprego Conjuntural:** é o desemprego gerado pelas oscilações da economia, decorrentes das indústrias que produzem produtos sazonais, ou seja, cujo consumo é maior em determinadas épocas do ano. Também é o caso da agricultura cuja colheita ocorre em determinados períodos do ano onde há, então, a subcontratação de trabalhadores. Assim se conclui que existe certa

rotatividade nos vínculos empregatícios sem que se extingam os postos de trabalho.

- **Desemprego Disfarçado ou Subemprego:** é composto por trabalhos que são desenvolvidos em determinadas épocas do ano como verão ou carnaval nas parias, natal, ou por trabalhadores que desempenham sua função apenas em certa parte do dia com rendimentos mais baixos que o habitual.
- **Desemprego Friccional ou Normal:** esta modalidade de desemprego está relacionada com a baixa da produção das empresas nacionais em decorrência da abertura de mercado, que facilita a entrada de produtos estrangeiros com menores preços. Em decorrência desse fato, a produção interna cai pela impossibilidade de competir com esses produtos importados. Há que se destacar que esse é um fator transitório que ocorre em virtude das pressões externas e da dificuldade do mercado interno em se adaptar a elas. Essa modalidade de desemprego também é originada pela grande circulação de trabalhadores entre vários tipos de postos de emprego ou pelo desencontro entre a mão de obra e as vagas disponíveis no mercado.
- **Desemprego Estrutural ou tecnológico:** como indica o nome é a própria estrutura econômica que passar a ser desempregadora sem perspectiva de voltar a ser empregadora. Trata-se não propriamente de perda, mas da extinção dos postos de trabalho, reflexo da queda da própria economia. Resulta do aprimoramento do processo produtivo através de novas formas de organização de trabalho e da aplicação de novas tecnologias. Este tipo de desemprego vem sendo provocado então, pela modernização de máquinas e equipamentos, que

melhoram significativamente a produtividade, causando a redução da mão-de-obra. A crescente concorrência internacional tem obrigado as empresas a cortar custos com o objetivo de obter preços menores e qualidade alta para os seus produtos. Nessa reestruturação, estão sendo eliminados vários postos de trabalho, tendência que é chamada de desemprego estrutural ou tecnológico.

Para Rifkin (2004, p. 5):

Mesmo as nações em desenvolvimento estão enfrentando o desemprego tecnológico à medida que empresas multinacionais constroem instalações de produção com tecnologia de ponta em todo o mundo, dispensando milhões de trabalhadores de baixa remuneração, que não podem mais competir com a eficiência de custos, controle de qualidade e rapidez de entrega, alcançadas com a produção automatizada. Em um número cada vez maior de países, as notícias chegam repletas de novidades sobre produtividade enxuta, reengenharia, gerenciamento da qualidade total, pós-fordismo, demissões e redução das estruturas.

No próximo capítulo será melhor conceituado essa modalidade de desemprego que é a grande consequência dos efeitos negativos da globalização.

4 DESEMPREGO ESTRUTURAL NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO

4.1 O que é o Desemprego Estrutural

Uma face importante e grave da questão social atual revela-se nessa modalidade de desemprego.

A automação de vários setores, em substituição à mão de obra humana é uma das suas causas. Caixas automáticas tomam o lugar dos caixas de bancos, fábricas robotizadas dispensam operários, escritórios informatizados prescindem datilógrafos e contadores.

O intenso e generalizado uso das tecnologias nos processos de trabalho e produção, culmina com a extinção de algumas relações de trabalho, incrementando o número de desempregados de médio e longo prazo ou até de permanentes, outros ainda, são dispensados, descartados ou sucateados como qualquer mercadoria (SILVA, 2000, p. 109).

Nesse sentido é também o entendimento de Pereira (2004, p. 23):

A globalização está centrada no progresso das novas tecnologias, e especialmente nas inovações de alta tecnologia que conduzem ao aumento da produção, mas, ao mesmo tempo, reduzem a necessidade de mão de obra, provocando a precarização do trabalho e um elevado índice de desempregos em todos os continentes.

Nos Países ricos, o desemprego também é causado pelo deslocamento de fábricas para Países com custos de produção mais baixos.

Portanto, pode se dizer que é reflexo do desenvolvimento e aprimoramento da tecnologia que, acaba por substituir a mão-de-obra extinguindo a necessidade do próprio trabalhador.

Esse também é o entendimento de Rifkin (2004, p. 8), senão veja-se:

O ritmo acelerado da automação está levando a economia global rapidamente para a era da fábrica sem trabalhadores. Entre 1981 e 1991, mais de 1,8 milhão de empregos na área industrial desapareceram nos Estados Unidos. Na Alemanha, os fabricantes demitiram trabalhadores ainda mais rapidamente, e eliminaram mais de 500 mil empregos apenas em um período de 12 meses, entre 1992 e 1993. o declínio dos empregos no setor da produção fez parte de uma tendência de longo prazo que foi crescentemente substituindo seres humanos por máquinas no local de trabalho. Na

década de 50, 33% de todos os trabalhadores nos Estados Unidos estavam empregados no setor industrial. Nos anos 60, o número dos empregados nesse setor caiu para 30% e, na década de 80, para 20%. Atualmente, menos de 17% da força de trabalho está empregada no setor industrial.

Em decorrência deste fato, essa modalidade de desemprego é também conhecida como desemprego tecnológico.

No entanto, apesar da diminuição na contratação de mão de obra há que se considerar o aumento nas linhas de produção, o que acaba por gerar um contra-senso, vez que, de um lado tem-se o desemprego gerado pelo aumento significativo no desempenho produtivo das empresas, que por sua vez acabam gerando um menor custo de produção, e de outro, o próprio aumento produtivo das empresas.

O desemprego estrutural existe e é um problema para qual ainda não se apontou solução. Essa é uma questão recorrente na história econômica. No final do século XIX, Karl Marx teorizou a respeito da tendência do capitalismo a produzir desemprego, ao lado do excesso de mercadorias.

Importante compreender que toda vez que uma tecnologia nova é empregada, ela acaba por tomar o emprego de alguém. Neste fim do século XX, é difícil imaginar mutirões de trabalhadores quebrando robôs e computadores a marretadas, como fizeram alguns de seus predecessores com a máquina a vapor no século XIX.

Sobre o fim do trabalho escreve Rifkin (2004, p. 3):

Uma nova geração de sofisticadas tecnologias de informação e comunicação está sendo introduzida aceleradamente nas mais diversas situações de trabalho. Máquinas inteligentes estão substituindo seres humanos em incontáveis tarefas, forçando milhões de trabalhadores de escritório e operários para as filas do desemprego ou, pior, para as filas do auxílio desemprego.

Nossos líderes empresariais e principais economistas nos dizem que os números crescentes do desemprego representam “ajustes” de curto prazo às poderosas forças impulsionadas pelo mercado, que estão acelerando a economia global rumo à Terceira Revolução Industrial.

Embora alguns novos empregos estejam sendo criados na economia, eles estão em faixas de remuneração inferiores e, geralmente, são empregos temporários (RIFKIN, 2004, p. 4).

Essa modalidade de desemprego representa o maior obstáculo de crescimento enfrentado mundialmente, ou seja, é o grande responsável pelos efeitos negativos da globalização.

4.2 Evolução História do Desemprego Estrutural

Quando a primeira onda de automação atingiu o setor industrial ao final de 1950 e princípio de 1960, continuou-se a acreditar que os aumentos da produtividade causados pela nova tecnologia da automação apenas intensificariam o crescimento econômico e aumentariam as oportunidades de emprego e o poder de compra (RIFKIN, 2004, p. 11)

Nas décadas de 70 e 80, as taxas de desemprego nos países desenvolvidos já apresentavam freqüente crescimento. Nos anos 90 essas taxas continuavam a subir, conforme mostrado na tabela 1, e a incapacidade de combater o problema estava relacionada a diagnósticos equivocados a respeito de suas causas.

Como exemplo, nos anos 70 os economistas equivocadamente atribuíram à alta do preço do petróleo no mercado internacional, a causa contundente para os altos índices de desemprego. Sem dúvida, os anos 70 marcaram a ruptura da ordem econômica internacional criada no pós-guerra. Esta ordem internacional havia criado condições para que a economia capitalista adentrasse um período de intenso crescimento econômico, baseado em um padrão de acumulação em que as relações salariais e o padrão de consumo estivessem articulados, de forma virtuosa, com o padrão produtivo/tecnológico então vigente nos países capitalistas centrais.

Já nos anos 80, porém, houve uma retomada dos níveis de atividade em diversos países e mesmo assim não houve queda nos índices de desemprego. Foi então que se passou a acreditar

que suas causas tinham raízes estruturais, como por exemplo, a excessiva intervenção do Estado na economia, e a resultante rigidez no mercado de trabalho em particular.

Nos anos 90, o desemprego foi estreitamente atrelado a evolução tecnológica que acabou por substituir a mão de obra, e com isso, gerar altos ganhos de produtividade com baixos custos, especialmente na indústria.

A falência do modelo de Bretton Woods² materializou-se no crescimento expressivo da riqueza financeira, no desgaste da hegemonia industrial americana e no conseqüente questionamento de sua moeda enquanto referência de valor para as reservas acumuladas pelos países, na dificuldade de definição de uma nova hegemonia que pudesse assumir a função que os EUA haviam tido nos Anos de Ouro, na falência dos mecanismos Keynesianos de sustentação da demanda agregada por parte dos estados nacionais.

Como resultado destes elementos adversos, os países capitalistas centrais viram iniciar-se um período de recessão econômica e de elevação das taxas de desemprego.

“A expansão do capitalismo por todos os cantos do mundo, atravessa fronteiras e regimes políticos, mercados e moedas, línguas e dialetos, religiões e seitas, soberanias e hegemonias, culturas e civilizações” (IANNI, 1996, p. 69).

A recessão no mercado interno dos países centrais deu impulso à alternativa exportadora como forma de enfrentar a crise. A estratégia das empresas passou, então, a ser cada vez mais determinada pelas disputas no mercado externo.

Neste contexto, a agenda da competitividade passou a ter efeito imediato na obsessão das empresas pela redução dos custos, especialmente os relacionados ao trabalho. O objetivo das empresas passou, então, a ser voltado para a competição no mercado externo - alternativa à

² Bretton Woods foi uma Conferência que ocorreu logo após a Segunda guerra Mundial e que formou várias instituições com o intuito de regular o sistema financeiro mundial. O FMI, o Banco Mundial e outras instituições surgiram nessa Conferência.

recessão dos mercados domésticos, especialmente no contexto de falência dos mecanismos Keynesianos de sustentação da demanda efetiva.

Desta forma, o salário e todos os custos relacionados à mão-de-obra passaram a ser considerados como “custos de produção” e não como fatores de impulso à demanda. Como consequência, as empresas tenderam a diminuir o máximo possível seus custos, através das contratações de empresas “terceirizadas”.

Outra forma de diminuir os custos deu-se através de mudanças no processo de trabalho, com consequências diretas aos trabalhadores, pois esses passaram a submeter-se a contratos “autônomos”, geralmente com jornada de trabalho mais extensa e renúncia de direitos trabalhistas em prol da “manutenção do emprego”.

Assim, verifica-se que o mundo do trabalho passa por um aprofunda transformação, e esse processo tem início a partir da globalização do capital que se desenvolve num complexo de reestruturação produtiva, com impactos estruturais profundos nas relações de trabalho, como descreve Pereira (2004, p. 27-28):

A situação atual nos países considerados mais desenvolvidos tem um índice considerável de desempregos que, a longo prazo, só conseguirão encontrar trabalho em profissões sem estabilidade de emprego e sem seguridade social, ou seja, irão alimentar a economia informal e a terceirização.

[...]

O mundo do trabalho no atual estágio do capitalismo contemporâneo apresenta uma enorme desproletarização do trabalho industrial e fabril tradicional, além disso, vivencia-se a precarização do trabalho com a subcontratação e a terceirização vinculadas à economia informal; o resultado desse processo desumano é o fatídico desemprego.

[...]

O fato é que há mudanças profundas no universo da classe trabalhadora, ou seja, muitos trabalhadores foram desqualificados em determinados ramos, e muitos requalificaram-se em outros setores. Com essa segmentação no mundo do trabalho os trabalhadores ficaram mais fragmentados, e por consequências fragilizaram-se os sindicatos.

A informática e as telecomunicações têm papel importante no processo de mundialização, acelerando ritmos, generalizando articulações, abrindo novas possibilidades de dinamização das

forças produtivas, criando meios rápidos, instantâneos e abrangentes de produção e reprodução material e cultural, como afirma Ianni (1996, p. 155):

O que caracteriza o mundo do trabalho no fim do século XX, quando se anuncia o século XXI, é que ele se tornou realmente global. Na mesma escala em que se dá a globalização do capitalismo, verifica-se a globalização do mundo do trabalho. No âmbito da fábrica global criada com a nova divisão transacional do trabalho e produção, a transição do fordismo ao toyotismo e a diminuição do mercado mundial, tudo isso amplamente favorecido pelas tecnologias eletrônicas, nesse âmbito colocam-se novas formas significadas do trabalho. São mudanças quantitativas e qualitativas que afetam não só os arranjos e a dinâmica das forças produtivas, mas também a composição e dinâmica da classe operária.

4.3 Os Efeitos do Desemprego Estrutural na era da Globalização

O aumento vertiginoso das taxas de desemprego representou um dos vários aspectos em que se manifestou a crise do mundo do trabalho, assolado pela falência das regras monetário/financeiras estabelecidas em Bretton Woods e pelo envelhecimento dos organismos internacionais criados no pós-guerra, com os reflexos já conhecidos sobre a desregulamentação da concorrência e sobre a capacidade dos Estados Nacionais realizarem política econômica.

Essa deterioração da ordem monetário/financeira definida no pós-guerra teve também um evidente impacto na retração dos investimentos produtivos, provocando um período de crescimento econômico decepcionante.

Os condicionantes impostos pela “agenda da competitividade” levaram os empresários a pressionar os governos a flexibilizar todas as tarefas da ordem socioeconômica (substituição da contratação coletiva pela contratação individual, ampliação das facilidades para demitir, diminuição de gastos do *Welfare State*, diminuição da taxa de recursos a serem destinados ao *Welfare*), desarticulando sucessivamente os mecanismos da ‘construção política’ realizada no pós-guerra, com efeitos mais nefastos, recaindo exatamente sobre o mundo do trabalho que, nos anos 70, além de ostentar taxas de desemprego em patamares jamais vistos no pós-guerra,

apresentou progressiva diminuição da parcela de empregos estáveis, perda de garantias de evolução dos salários reais junto com os ganhos de produtividade, precariedade das contratações e diminuição do emprego industrial.

As medidas de desregulamentação dos mercados comercial, financeiro e de trabalho se aprofundaram nos anos 80, constituindo o receituário neoliberal que se tornaria a ideologia econômica hegemônica a partir dessa década.

Além das medidas relacionadas mais diretamente à contenção de custos, outros elementos podem ser arrolados entre aqueles que tiveram um impacto na destruição de empregos, apesar da retomada do crescimento econômico nos anos 80 (principalmente entre 1983 e 1989 nos países capitalistas centrais), tais como: substituição de antigos insumos por novos materiais, informatização, automação e robotização, flexibilização e terceirização da produção, reconcentração de capitais e constituição de bloco dos países.

A manutenção das altas taxas de desemprego nos anos 80 quando o crescimento econômico foi, mesmo que modestamente retomado, constituiu uma demonstração cabal de que o caráter do desemprego era estrutural, revelando o equívoco de que, nos anos 70, atribuíram-no apenas a fatores conjunturais.

Desta forma, a propalada solução para o desemprego via flexibilização do mercado de trabalho através de desregulamentações das relações de trabalho e redução dos custos com a mão-de-obra, tão presentes no discurso conservador, não se mostrou suficiente para recuperar os níveis de emprego globais.

Assim se posiciona Ianni (1996, p. 160-161):

A flexibilização dos processos de trabalho e produção implica uma acentuada e generalizada potenciação da capacidade produtiva da força de trabalho. As mesmas condições organizatórias e técnicas da produção flexibilizada permitem a dinamização quantitativa da força produtiva do trabalho. Em lugar da racionalidade característica do padrão manchesteriano, taylorista, fordista ou sthakanovista, a racionalidade mais intensa, geral e pluralizada da organização toyotista ou flexível do trabalho e produção.

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados, e sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

As soluções sugeridas pelo liberalismo de atacar a problemática do desemprego via políticas de flexibilização do mercado de trabalho, além de terem acentuado as desigualdades dos mercados de trabalho, não acabaram proporcionando uma elevação do nível global do emprego. Ao contrário, nas palavras de Ianni (1996, p. 161-162), “a acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego ‘estrutural’ (em oposição a ‘ficcional’), rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais e o retrocesso do poder sindical”.

Harvey (1993, p. 140-141) também observa que a acumulação flexível (surgimento de setores de produção inteiramente novos, novos mercados, inovações comerciais, tecnologias e organizacional) foi acompanhada por níveis altos de desemprego estrutural, destruição e reconstrução de habilidades, baixos salários e retrocesso do poder sindical.

A atual desordem internacional impõe, aos formuladores de política macroeconômica dos países, a necessidade de manejar as taxas de juros com o único intuito de evitar a fuga de capitais a curto prazo.

Desta forma, coloca-se em dúvida a capacidade dos Estados Nacionais de realizar políticas expansionistas. As autoridades Monetárias de realizar dos Países estão reféns da necessidade de demonstrar “credibilidade” ao mercado financeiro globalizado e sem regras. Esta constante necessidade de satisfazer as exigências de valorização do capital financeiro tem um evidente impacto sobre os investimentos produtivos e, portanto, na geração de empregos. As exigências de credibilidade têm imposto estratégias macroeconômicas amplamente deflacionárias no G7.

A instabilidade sistêmica do mercado financeiro globalizado, ao acarretar desestímulos ao investimento produtivo, está tendo um impacto negativo sobre o nível global de emprego, quer seja por causa da retração dos investimentos diretos na ampliação da capacidade produtiva existente, ou pela criação de nova capacidade de produção.

Para Barral (1998, p. 148):

É evidente que esta necessidade está diretamente vinculada ao nível de desenvolvimento sócio-cultural de cada grupo social. Nos países desenvolvidos, passa a se caracterizar uma crescente pressão da sociedade civil. O impasse é justamente até quando esta pressão poderá resistir à situação de embate nos países subdesenvolvidos. Nestes, condições subumanas de vida e perda de conquistas históricas tem sido a tônica das últimas décadas, malgrado o discurso de crescimento econômico.

Tal assertiva pode ser facilmente exemplificada com a situação brasileira, na qual 31 milhões de trabalhadores se encontram na economia informal e apenas 23% da população economicamente ativa possui contrato de trabalho. Isto sem mencionar as mazelas quotidianas, infelizmente banalizadas, do trabalho infantil e da superexploração da mão-de-obra.

A falência da ordem financeira internacional tem reflexos notórios sobre a capacidade das economias nacionais criarem empregos.

O risco crescente que advém desta realidade estimula as empresas, especialmente em um ambiente de desregulamentação da concorrência, por um lado, a tomar medidas de redução de custos (especialmente os relacionados ao trabalho) de maneira obsessiva e, por outro lado, a diversificar suas aplicações entre os vários novos produtos financeiros oferecidos pelos mercados, ampliando cada vez mais a parcela de seus recursos disponíveis que são desviados da valorização produtiva para a financeira.

Nesse sentido é o entendimento de Kovács (2001, p. 59-60), senão veja-se:

Quando uma parte substancial do emprego é flexibilizada, a qualidade desses empregos está ameaçada, principalmente num contexto de desregulação, de poder sindical enfraquecido e de intensa concorrência internacional, quando a redução de custos ganha particular importância. Este contexto favorece a utilização agressiva dos recursos humanos que se manifesta sob diversas formas, tais como:

- substituição massiva dos trabalhadores com idades superiores a 50 anos por um reduzido número de jovens recentemente formados;
- redução do número de empregos baseados em contratos de longa duração ou a tempo indeterminado;
- aumento substancial das formas instáveis de emprego;

- procura do recurso humano mais qualificado possível ao preço mais baixo possível;

- utilização de mão-de-obra pouco ou nada qualificada dos países mais pobres a preço mais baixo possível.

Nos meios empresariais existe forte convicção de que a flexibilidade do emprego, permitindo a variação do volume do emprego e dos salários, dos horários e local de trabalho, é uma fonte importante da competitividade: por conseguinte, qualquer enquadramento institucional do fator do trabalho será, por natureza, contrário a flexibilidade. Porém, este tipo de flexibilidade leva a desestabilização dos recursos humanos que, por sua vez, pode constituir sobretudo a médio e longo prazo, um grande obstáculo a melhoria da competitividade e a mudança da postura competitiva da empresa.

A predominância da valorização financeira do capital impõe enormes restrições aos investimentos produtivos, especialmente para a criação de nova capacidade produtiva. A livre atuação das forças de mercado tem efeitos sociais extremamente perversos. A valorização da riqueza passa cada vez menos pela esfera da produção de bens destinados ao mercado, dirigindo-se principalmente para a valorização da riqueza pela riqueza, na sua forma abstrata.

O Brasil ingressou tardiamente no processo capitalista, e a forma como foi incorporada a força de trabalho no mercado não garantiu empregos e salários adequados, ou mesmo uma situação de desemprego amparada por uma política social. A década de 90 coloca novos problemas para aqueles que almejam ingressar num mercado de trabalho que, por um lado, é extremamente dinâmico e exigente e, de outro, necessita cada vez menos de mão-de-obra. A revolução tecnológica trouxe mudanças marcantes no mercado de trabalho.

No gráfico 4.1, verifica-se a evolução da taxa de desemprego das regiões metropolitanas brasileiras na década de 90, onde se pode observar a expansão da taxa de desemprego em aproximadamente 58%, se comparada do início ao fim da década.

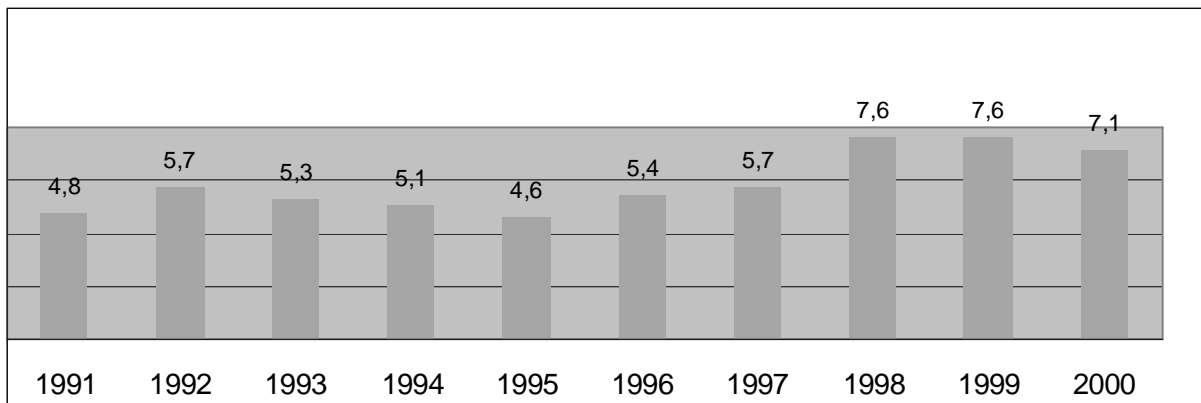


Gráfico 4.1 - Evolução do desemprego nas regiões metropolitanas brasileiras entre 1991 e 2000 - (%).

Fonte: Leandro, 2003.

O Brasil teve, por um lado, uma considerável participação na formação da estrutura produtiva brasileira em setores estratégicos, mas, por outro, não teve capacidade suficiente de investimentos para acompanhar a modernização tecnológica. Sendo assim, acumula simultaneamente problemas produtivos e financeiros muito graves. Nos últimos anos, as respostas que se colocam para a solução desses problemas tem sido a de transferir ativos do setor estatal para o setor privado, principalmente naqueles setores que são de fundamental importância para o desenvolvimento econômico. A justificativa que se coloca para a realização de tal empreendimento é a de que a etapa de complementação dos setores básicos e do processo de substituição de importações está concluída, não se justificando mais a manutenção da presença estatal.

Segundo estatísticas do IBGE, em 1990, 56,7% das pessoas com mais de 10 anos de idade (o que corresponde a 64,5 milhões de brasileiros) já faziam parte do mercado de trabalho como ocupados ou procurando emprego. Em 1995, o percentual subiu para 61,1% (74,1 milhões de pessoas), correspondendo a um acréscimo de 14,9% no período (1,9 milhão de pessoas por

ano). O número de pessoas ocupadas aumentou, entre 1990 e 1993, em 12,1% (7,5 milhões). As estatísticas indicam ainda, que o nível de ocupação nas áreas metropolitanas cresceu 1,55% entre os meses de janeiro e agosto de 1996.

As significativas mudanças que vem ocorrendo no mercado de trabalho desde a década de 90, romperam a crescente participação dos assalariados com carteira no total de pessoas ocupadas. No total das pessoas ocupadas houve um acréscimo do número de autônomos e de empregados sem carteira nas áreas metropolitanas, de 39,3%, em dezembro de 1990, para 48,0%, em agosto de 1996, conforme aponta o gráfico 4.2.

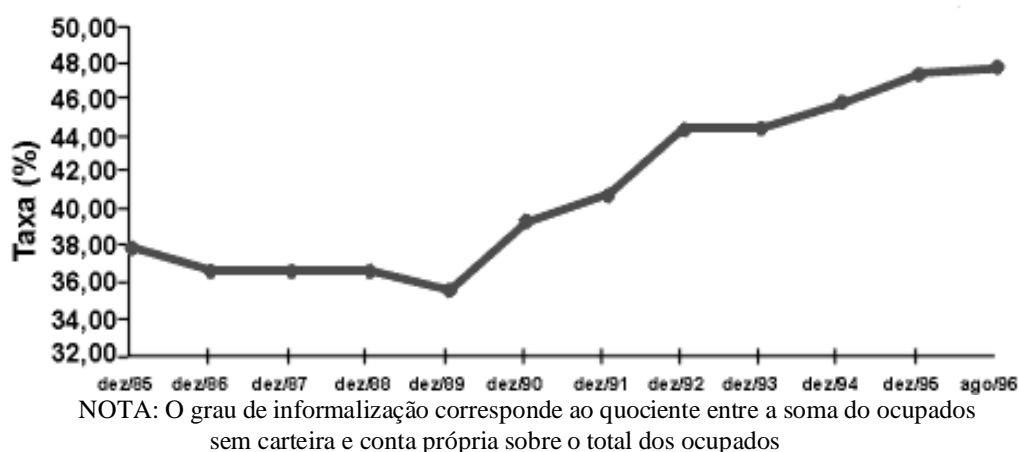


Gráfico 4.2 - Evolução do grau de informalização do pessoal ocupado das regiões metropolitanas brasileiras entre 1986 e 1996.

Fonte: BRASIL (1996)

Apesar dos direitos garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, o grau de proteção dos trabalhadores está em queda, mediante contrato de trabalho. Essas mudanças ocorrem em sentido inverso do que seria esperado de um padrão clássico de emprego gerado por um mercado de trabalho moderno e capitalista.

No setor formal do mercado de trabalho estão os trabalhadores protegidos por contratos de trabalho e pelos estatutos públicos. Neste setor, segundo dados do Ministério do Trabalho, foram eliminados cerca de 2,1 milhões de empregos, entre janeiro de 1990 e dezembro de 1995, em decorrência do processo de abertura comercial que substituiu o antigo modelo de industrialização protegida, característico do desenvolvimento brasileiro até o final dos anos 80. O gráfico 4.3 mostra que os empregos no setor formal declinaram partir de 1990.

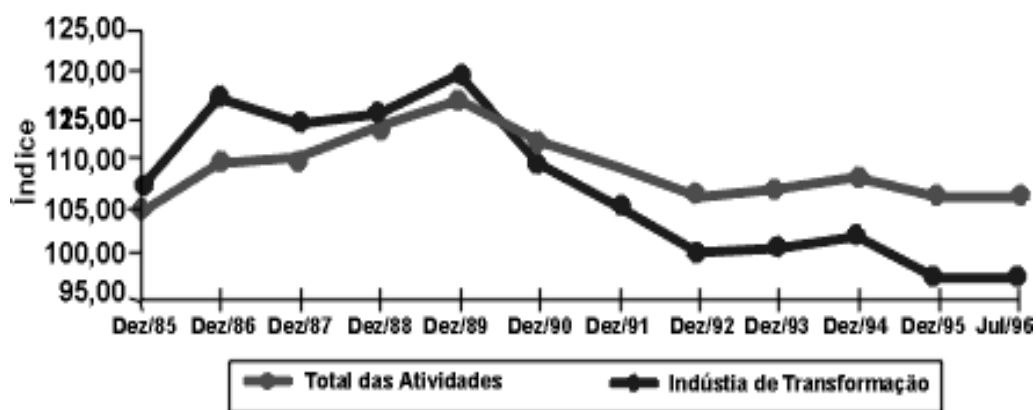


Gráfico 4.3 - Evolução do Emprego Formal no Brasil entre 1985 e 1996.

Fonte: BRASIL (1996)

A taxa de desemprego no Brasil, conforme demonstra o gráfico 4.4, no primeiro semestre de 1996, situava-se em patamares relativamente baixos (5,87%) em comparação com a taxa da Espanha (22,7%), da Argentina (16,0%) e da Polônia (14,9%), entre outras. Porém mais alta do que a dos EUA (5,3%), Japão (3,2%) e da Coreia (1,8%).

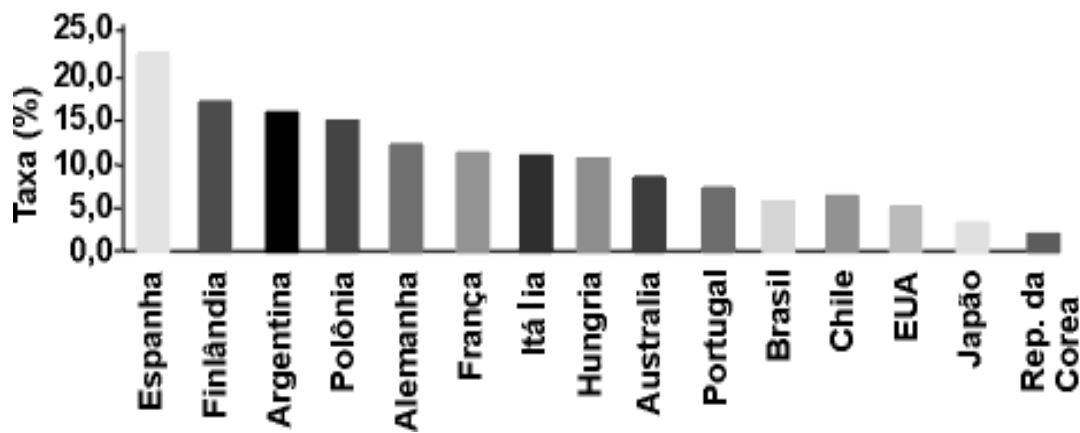


Gráfico 4.4 - Taxas de Desemprego em Países Selecionados em 1996.

Fonte: BRASIL (1996)

Esse é um dos resultados da globalização, no qual através de mudanças de processos, automatizações e cortes de mão-de-obra desnecessária, proporciona perdas irreparáveis com efeitos diretos na sociedade.

A melhor política de emprego é o desenvolvimento econômico em um ambiente não-inflacionário e favorável à expansão dos investimentos públicos e privados. É do crescimento econômico sustentado, no contexto da estabilidade dos preços, que depende a criação de empregos. O desenvolvimento econômico é condição essencial, mas não é suficiente, para se obter o pleno emprego e o mercado, por sua vez, não tem condições de promover empregos sozinho. Governo e sociedade devem criar e implementar políticas geradoras de empregos.

A geração de empregos pelo mercado de trabalho não depende só da expansão econômica, mas também das instituições que regulam o seu funcionamento e da maturidade das relações de trabalho, pois o grau e a natureza das regulamentações do mercado podem facilitar ou dificultar a capacidade de geração de emprego frente ao crescimento econômico.

5 CONCLUSÃO

No fim do século passado e início deste, o capitalismo passou por profundas transformações que afetaram diretamente o mundo do trabalho. Os fenômenos sociais mais comentados são a globalização e o desemprego, as conexões entre eles, as decorrências mútuas entre si, bem como as alternativas para a superação dos problemas que ensejam.

A revolução tecnológica é identificada como sendo a principal impulsionadora dessas transformações. A revolução informacional proporciona uma série de possibilidades para a organização da produção e do trabalho. Essa revolução tem como principal característica permitir mais produção com menos tempo e com menos trabalho.

O avanço tecnológico ao mesmo tempo em que se mostra necessário para garantir o êxito das empresas em um mercado altamente competitivo devido a globalização, elimina postos de trabalho. A globalização deve ser analisada como um fenômeno contraditório, pois produz aspectos positivos e negativos simultaneamente, ou seja, de um lado a sociedade global propicia uma acelerada revolução científica e tecnológica, mas, por outro lado, a dominação torna-se cada vez mais sofisticada e efetiva, levando a uma maior exploração e exclusão do campo de trabalho para amplos segmentos da população mundial. O desemprego estrutural passa ser parte do processo.

Não se pode negar que a modernidade, com a globalização, trouxe melhorias nas comunicações, saúde, aumento na produção de alimentos, técnicas novas e transportes rápidos e eficientes, além de beneficiar o homem, na medida em que poupa-lhe tempo e esforço físico e lhe impulsiona para o desenvolvimento intelectual. Mas, ao mesmo passo do progresso, vem o desemprego.

As empresas capitalistas, movidas pela essência da globalização, utilizam as descobertas científicas e tecnológicas para introduzir inovações nos seus processos produtivos e/ou administrativos, objetivando assim, reduzir custos com matérias primas e salários. A precarização das relações de trabalho, a polivalência e o desemprego tecnológico, dito estrutural, deteriorizam ainda mais as condições de vida da maioria da população, o que diminui, por sua vez, a demanda, tão necessária à expansão capitalista.

Porém, não se pode quebrar os computadores e ter os problemas sociais, econômicos e políticos eliminados. No entanto, torna-se imprescindível verter a globalização para o aprimoramento das pessoas e melhoria das suas condições de vida, usando os conhecimentos trazidos pela modernidade para diminuir a disparidade social.

Na atualidade nos deparamos com a transformação do emprego. Dentre os três setores da economia, o mais afetado pelo avanço tecnológico é o setor industrial, pois tradicionalmente emprega um contingente expressivo de mão-de-obra e que vem sofrendo demissões em massa e comprometendo a economia.

As significativas mudanças nas relações de trabalho já solicitam um “novo trabalhador”, cujo perfil de habilidades é completamente alterado pelas exigências de modernização das qualificações.

Neste trabalho foram abordados os principais pontos ao que se refere ao desemprego estrutural, visto que se trata de um tema de grande abrangência. Para uma melhor complementação do assunto, é extremamente recomendável a obra “O fim dos empregos” de Jeremy Rifkin.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2002. p. 15 – 258.

BARRAL, Welber. Globalização, neoliberalismo e direito do trabalho no mercosul. In: ARRUDA JUNIOR, Edmundo Lima de; RAMOS, Alexandre Luiz. (Org.). **Globalização, neoliberalismo e o mundo do trabalho**. Curitiba, PR: IBEJ, 1998. p. 145-152.

BRASIL (1996). **O mercado de trabalho e a geração de empregos**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/MER1.HTM>. Acesso em: 12 fev. 2006.

BRASIL (2002). **OCDE: Taxas de desemprego, por grupos e países, 1990 – 2001**. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/assuntos-internacionais/conteudo/publicacoes/OCDE.htm>>. Acesso em: 12 fev. 2006.

CARVALHO, Paulo Gonzaga M. de; FEIJÓ, Carmem Aparecida. **Econômica**, vol. 1, n. 2, p. 57 – 58, dez. 1999. Disponível em: <<http://www.uff.br/cpgeconomia/v1n2/3-carmem-paulo.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2005.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 8 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005. p. 209 – 356.

CINTRA, Marcos. **Blocos econômicos**. Disponível em <<http://www.marcoscindra.org/blocos>>. Acesso em: 8 mar. 2006.

GELINSK, Carmen Rosário Ortiz Gutierrez. A questão do emprego e as atividades informais na teoria neoclássica keynesiana e marxista. **Revista da UNOESC**, Joaçaba, v. 14, n. 30, p. 5 - 15, jul./dez. 1993.

GIANNOTI, José Arthur. Sociabilidade Trabalhada. **Revista Cebrap**, São Paulo, n. 28, 1990.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado**. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 1982.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo, SP: Loyola, 1993. p. 117 – 184.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1999. 271 p.

IANNI, Octavio. **A Era do globalismo**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1996. 325 p.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo, SP: Cultura, 1985. p. 30 – 33.

KOVÁCS, Ilona. Empresa flexível: problemas sociais do pós-taylorismo. In: SANTOS, Maria João. et al. **Globalizações**: novos rumos no mundo do trabalho. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 2001. p. 42-68.

LEANDRO, Cândida Maria. **A flexibilização da legislação trabalhista e o emprego no Brasil**. São Paulo. Disponível em: <http://www.unitau.br/nupes/ic/candida/flexibilizacao_legislacao.htm>. Acesso em: 02 jan. 2006.

LINZ, Hoyêdo Nunes. Travessuras da economia-mundo: globalização, blocalização, precarização. **Textos de Economia**, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 169-193. 2002.

MARQUES, Ivan da Costa. **O Brasil e a abertura dos mercados**: o trabalho em questão. São Paulo, SP: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 1998, Coleção ABET – Mercado de Trabalho, v. 10, 157 p.

MATOSSO, Jorge Eduardo Levi. Globalização, neoliberalismo e flexibilização. In: ARRUDA JUNIOR, Edmundo Lima de; RAMOS, Alexandre Luiz. (Org.). **Globalização, neoliberalismo e o mundo do trabalho**. Curitiba, PR: IBEJ, 1998. p. 39-49.

MATOSSO, Jorge Eduardo Levi. **O Brasil desempregado**: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90. 2. ed. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 1999. 47 p.

MATOSSO, Jorge Eduardo Levi. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1995. **O mercado de trabalho e a geração de empregos**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/MERC1.HTM>. Acesso em: 10 out. 2005.

OFFE, Claus. **Capitalismo desordenado**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1989.

PASTORE, José. **Legislação trabalhista, emprego e renda: A Reforma Necessária**. Disponível em: <<http://josepastore.com.br/artigos/relaçõestrabalhistas/244.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2006.

PEREIRA, Josecleto Costa de Almeida. **Globalização do trabalho: desafios e perspectivas**. Curitiba: Juruá, 2004. 135 p.

POCHMANN, Márcio. Desemprego e políticas de emprego: tendências internacionais e o Brasil. In: OLIVEIRA, Marco Antônio de (Org.). **Economia & Trabalho: textos básicos**. Campinas, SP: UNICAMP, 1998, p. 219 - 233.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos: o contínuo crescimento do desemprego em todo o mundo**. São Paulo, SP: M. Books, 2004. 340 p.

ROCHA, Ronald. O mundo do trabalho e o trabalho do luto. In: ARRUDA JUNIOR, Edmundo Lima de; RAMOS, Alexandre Luiz. (Org.). **Globalização, neoliberalismo e o mundo do trabalho**. Curitiba, PR: IBEJ, 1998. p. 95 - 132.

SCHILLING, Voltare. **Globalização Ontem e Hoje**. Disponível em: <<http://educaterra.terra.com.br/voltare/atualidade/globalização.htm>>. Acesso em: 10 set. 2005.

SILVA, Karine de Souza. **Globalização e exclusão social**. Curitiba: Juruá, 2000. 171 p.

TAVARES, Maria da Conceição. **Destruição não criadora: memórias de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada**. Rio de Janeiro, RJ: Record, 1999. 300 p.